



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

Exercício de 2021

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal art. 59 da Lei Complementar n°. 101 art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto no art. 01 da Instrução Normativa 04/2017 do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, apresenta-se o **RELATORIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO**, parte integrante da prestação de contas referente ao exercício de 2021, que tem como objetivo demonstrar a avaliação dos resultados quanto:

- 1 Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária;
- 2 Avaliação dos resultados quanto à eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- 3 Análise da observância dos limites para inscrição das despesas em restos a pagar e dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal;
- 4 Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e serviços públicos da saúde, nos termos dos dispositivos Constitucionais e da Lei Orgânica do Município;
- 5 Informações quanto a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- 6 Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo;
- 7 Aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;
- 8 Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;
- 9 Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento;
- 10 Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O Chefe de Controle Interno procedeu a um acompanhamento e fiscalização no Processo de arrecadação de receitas, ordenamentos de despesas e demais atos e procedimentos administrativos praticados pela Prefeitura Municipal no período de janeiro a dezembro de 2021.

Os documentos analisados foram as ordens de compra, notas de empenho, notas fiscais, processos licitatórios, relatórios contábeis e outros.

1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

1.1 - PLANO PLURIANUAL

As metas previstas no Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 do Município de Jampruca foram estabelecidas na Lei Municipal nº 441 de 28 de novembro de 2017 alterado pela Lei 474 de 10 de outubro de 2020.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

A arrecadação de Receitas do nosso Município, não se efetivou de modo esperado sendo portanto insuficiente para cumprir o Plano Plurianual mas as despesas estavam previstas dentro do plano.

1.2 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram instituídas pela Lei Municipal nº 468 de 10 de junho 2020.

2 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1 - ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Município de Jampruca para o exercício financeiro de 2021 foi elaborado conforme disposições contidas na Lei 4.320/64 e demais legislações pertinentes, e foi aprovado através da Lei nº 476 de 14 de outubro de 2020.

A receita foi estimada em R\$ 22.299.331,60 vinte e dois milhões duzentos e noventa e nove mil trezentos e trinta e um mil e sessenta centavos) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo,

2.2 - LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021

RECEITA PREVISTA CATEGORIA	VALOR R\$	VALOR DESPESA CATEGORIA	FIXADA VALOR R\$
Receitas Correntes	24.696.059,29	Despesas Correntes	20.324.931,60
Receitas de Capital	495.000,00	Despesas de Capital	1.954.400,00
Dedução do FUNDEB	-2.891.727,69	Reserva de Contingência	20.000,00
		Superávit	0,00
TOTAL	22.299.331,60	TOTAL	22.299.331,60

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2021

2.3 - Lei nº 476 de 14 de outubro de 2020, alterada pelas Leis 487 de 01 de abril de 2021, Lei 490 de 01 de junho de 2021, Lei 491 de 31 de agosto de 2021, Lei 496 de 08 de novembro de 2021 e Lei 503 de 21 de dezembro de 2021.

CREDITOS SUPLEMENTARES

Nº DA LEI	DECRETO	DATA	VALOR	FINALIDADE
476	1	02/01/2021	234.937,50	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
476	6	01/02/2021	246.532,59	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
476	7	01/03/2021	521.060,26	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
476	10	01/04/2021	111.121,51	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
476	21	22/06/2021	41.880,00	SUPERÁVIT FINANCEIRO
476	26	20/07/2021	378.388,09	SUPERÁVIT FINANCEIRO
476	31	03/08/2021	85.077,93	SUPERÁVIT FINANCEIRO
476	36	02/09/2021	110.107,19	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
476	39	13/09/2021	65.568,70	SUPERÁVIT FINANCEIRO
476	43	04/10/2021	97.058,25	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
476	46	10/10/2021	139.382,89	SUPERÁVIT FINANCEIRO
476	51	03/11/2021	208.140,08	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
476	59	01/12/2021	966.737,59	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
476	60	01/12/2021	8.458,59	SUPERÁVIT FINANCEIRO
487	12	15/04/2021	221.348,21	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
487	13	01/05/2021	371.898,76	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

487	16	01/06/2021	521.354,34	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
490	22	22/06/2021	792.535,22	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
490	23	01/07/2021	270.256,36	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
490	41	01/10/2021	52.175,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
491	30	02/08/2021	1.510.251,23	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
491	34	01/09/2021	670.707,38	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
491	42	04/10/2021	47.283,28	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
496	44	10/10/2021	521.660,82	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
496	47	01/11/2021	426.936,84	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
496	58	01/12/2021	63.988,49	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
503	63	21/12/2021	1.005.832,27	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
TOTAL DE CREDITOS SUPLEMENTARES: 9.690.679,37				

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO

Nº DA LEI	DECRETO	DATA	VALOR	FINALIDADE
487	28	01/08/2021	4.888,06	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
TOTAL DE TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO: 4.888,06				

ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSO

Nº DA LEI	DECRETO	DATA	VALOR	FINALIDADE
476	49	03/11/2021	497.106,44	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
476	57	01/12/2021	1.880.560,83	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
TOTAL ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSO: 2.377.667,27				

TRANSPOSIÇÃO

Nº DA LEI	DECRETO	DATA	VALOR	FINALIDADE
476	50	03/11/2021	518.021,12	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
476	56	01/12/2021	1.101.203,67	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
487	25	20/07/2021	41.835,70	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
487	33	16/08/2021	50.996,93	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
487	38	27/09/2021	33.503,28	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
487	45	10/10/2021	279.047,11	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
TOTAL TRANSPOSIÇÃO: 2.024.607,81				

VALORES ACUMULADOS NO EXERCÍCIO	
VALOR FIXADO	22.299.331,60
PERCENTUAL AUTORIZADO EM LEI	40%
VALOR AUTORIZADO EM LEI	8.919.732,64
VALOR SUPLEMENTADO	7.589.880,06
PERCENTUAL UTILIZADO	34,04%
SALDO DISPONÍVEL	1.329.852,58
PERCENTUAL DISPONÍVEL	5,96%



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

DEMAIS SUPLEMENTAÇÕES QUE NÃO ONERAM O PERCENTUAL	
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO	1.382.043,11
SUPERÁVIT UTILIZADO	718.756,20
ALTERAÇÃO DE FONTE	2.377.667,27
CRÉDITO ESPECIAL	0,00
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	0,00
REMANEJAMENTO	0,00
TRANSPOSIÇÃO	2.024.607,81
TRANSFERÊNCIA	4.888,06
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO (LEI ESPECÍFICA/DESONERAÇÕES)	0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00
REABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL	0,00
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	-
OUTROS	0
TOTAL	6.507.962,45
TOTAL GERAL	14.097.842,51

Podemos verificar que não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

3 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA FINANCEIRA E EFICÁCIA DE GESTÃO FINANCEIRA

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2021 assim se processou:

3.1 - BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIO	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	24.390.027,16	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	23.573.719,08
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	962.015,38	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	960.870,84
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	2.162.411,37	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	2.268.855,32
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.112.152,57	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.823.161,24
TOTAL	29.626.606,48	TOTAL	29.626.606,48

4 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL.

De forma resumida, o Patrimônio da Prefeitura no exercício de 2021 assim se apresentou:



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

4.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	13.381.957,41	PASSIVO CIRCULANTE	2.064.724,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.401.574,79	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	917.533,76
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.801.273,47
TOTAL	23.783.532,20	TOTAL	23.783.532,20
ATIVO FINANCEIRO	2.930.237,71	PASSIVO FINANCEIRO	3.599.600,74
ATIVO PERMANENTE	20.853.294,49	PASSIVO PERMANENTE	894.723,86
TOTAL	23.783.532,20	TOTAL	4.494.324,60
SALDO PATRIMONIAL			19.289.207,60

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta

4.2 - MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos dos bancos conferem com os Extratos Bancários devidamente conciliados em 31/12.

No "Caixa" não consta valor conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e Termo de Conferência de Caixa.

4.3 - DESINCORPORAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2021

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	LEGISLAÇÃO
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	LOM
TOTAL	0,00	

4.4 - REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR INVESTIDO COM OBRAS	VALOR ATUALIZADO	LEGISLAÇÃO
NÃO HOUVE			
TOTAL	R\$	R\$	

4.5 - DOAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ENTIDADE DOADORA	DOCUMENTO	LEGISLAÇÃO	VALOR
NÃO HOUVE				
TOTAL				

4.6 ALMOXARIFADO

Esta Prefeitura não detém espaço físico suficiente para armazenamento de grande quantidade de materiais, porém, mantém controle efetivos das entradas e saídas.

4.7 - SALDO PATRIMONIAL

Em 2021, apurou-se um saldo patrimonial de R\$ 19.289.207,60 (dezenove milhões duzentos e oitenta e nove mil duzentos e sete reais e sessenta centavos).



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

4.8 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
ESPECIFICAÇÃO			
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	28.461.975,90	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	24.587.514,43
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	970.126,48	PESSOAL E ENCARGOS	9.010.374,54
CONTRIBUIÇÕES	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.690,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	521.544,29	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	10.563.252,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	215.222,30	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	445.906,11
TRANSFERÊNCIAS DE DELEGAÇÕES RECEBIDAS	26.706.708,29	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.056.280,35
VALORIZAÇÃO DE GANHOS COM E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.698,94
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	48.374,54	TRIBUTÁRIAS	485.854,87
		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.457,59
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			3.874.461,47

5.0 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Autorizações			Saldo Anterior	Movimento no Período				Saldo Atual
Lei Nº	Data	Favorecido		Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	
000-2013	31/12/2013	1 - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS	20.764,86	14.783,85	321.882,88	357.441,16	0,00	-0,00
10522-2002	19/07/2002	2 - PASEP - ARRECAÇÃO 13834-720014/2000-91	81.433,39	0,00	109.229,58	190.865,97	0,00	0,00
105220-2002	19/07/2002	3 - PASEP-ARRECAÇÃO 13834-0013/0710-46	127.334,17	0,00	0,00	33.970,01	0,00	83.414,16
105221-2002	19/07/2002	4 - PASEP - ARRECAÇÃO 13834-720.309/18-08	796.311,76	0,00	0,00	0,00	0,00	796.311,76
1-2017	27/08/2017	5 - LAURACY CARDOSO DOS SANTOS - ME	5.709,60	0,00	0,00	0,00	0,00	5.709,60
600015-2019	28/02/2019	6 - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A	28.048,97	0,00	0,00	3.951,03	0,00	22.097,94
TOTAL ENTIDADE			1.057.655,85	14.783,85	431.112,28	588.028,20	0,00	917.533,76
TOTAL			1.057.655,85	14.783,85	431.112,28	588.028,20	0,00	917.533,76



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

O valor da amortização apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos 4.6.90.71.00 -Principal da Dívida Contratual Resgatada.

Não houve empréstimos nem operações de crédito no exercício.

5.1 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	ENCAMPAÇÃO	BAIXA	CANCELAMENTO	SALDO FINAL
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.902.293,00	798.063,35	0,00	1.049.031,44	0,00	1.651.324,91
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.388.533,62	139.569,52	0,00	16.037,27	0,00	1.512.065,87
CONSIGNAÇÕES	356.695,12	1.224.778,50	0,00	1.145.263,66	0,00	436.209,96
TOTAL	3.647.521,74	2.162.411,37	0,00	2.210.332,37	0,00	3.599.600,74

Este quadro demonstra a dívida de Curto Prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

Todas as obrigações do município de curto prazo (Restos a Pagar, Depósitos) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.

O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

O valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

Não houve cancelamentos de saldo da Dívida Flutuante no exercício.

Não houve restabelecimentos de saldo da Dívida Flutuante no exercício.

6 - ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

Não houve contratação de operações de crédito no exercício de 2021.

7 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
TÍTULO	ORÇÃO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	REESTABELECIMENTO	BAIXA	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
RESTOS A PAGAR DE 2017	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	30.075,67	0,00	0,00	0,00	0,00	30.075,67
RESTOS A PAGAR DE 2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	39.446,33	0,00	0,00	0,00	0,00	39.446,33
RESTOS A PAGAR DE 2019	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	607.971,67	0,00	0,00	0,00	0,00	607.971,67
RESTOS A PAGAR DE 2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	711.039,22	0,00	0,00	16.037,27	0,00	695.002,66
RESTOS A PAGAR DE 2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	0,00	139.569,52	0,00	0,00	0,00	139.569,52
TOTAL		1.388.533,62	139.569,52	0,00	16.037,27	0,00	1.512.065,87



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS							
TÍTULO	ÓRGÃO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	REESTABELECIMENTO	BAIXA	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
RESTOS A PAGAR DE 2014	CÂMARA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	884,22	0,00	0,00	0,00	0,00	884,22
RESTOS A PAGAR DE 2013	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	53.251,82	0,00	0,00	0,00	0,00	53.251,82
RESTOS A PAGAR DE 2014	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	250.311,26	0,00	0,00	0,00	0,00	250.311,26
RESTOS A PAGAR DE 2016	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	47.628,93	0,00	0,00	0,00	0,00	47.628,93
RESTOS A PAGAR DE 2017	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	131.190,76	0,00	0,00	19.300,00	0,00	111.890,76
RESTOS A PAGAR DE 2018	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	287.263,66	0,00	0,00	88.123,48	0,00	199.140,18
RESTOS A PAGAR DE 2019	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	171.465,48	0,00	0,00	124.437,38	0,00	47.028,10
RESTOS A PAGAR DE 2020	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	850.000,20	0,00	0,00	816.876,95	0,00	33.123,25
RESTOS A PAGAR DE 2021	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA	0,00	753.340,19	0,00	0,00	0,00	753.340,19
RESTOS A PAGAR DE 2020	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	484,83	0,00	0,00	484,83	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2021	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	44.723,16	0,00	0,00	0,00	44.723,16
TOTAL		1.902.293,00	768.063,35	0,00	1.049.031,44	0,00	1.851.324,91

8 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL.

DESPESA TOTAL COM PESSOAL

VALORES DO EXERCÍCIO	
RECEITA ACUMULADA	21.851.327,16
LIMITE MÁXIMO 54%	13.110.796,30
VALOR APLICADO	9.113.594,01
PERCENTUAL DE APLICADO	41,70%

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tornando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência dos empenhos da folha de pagamento.

O relatório de Gastos com Pessoal demonstra que o Poder Executivo obedeceu aos limites estabelecidos pela LRF.

9 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

RECEITA ACUMULADA	16.507.019,56
LIMITE MÍNIMO	4.126.754,89
VALOR APLICADO	4.630.924,11
PERCENTUAL APLICADO	28,05%
DIFERENÇA NA APLICAÇÃO EM REAIS	504.169,22

O Município aplicou 28,05% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal, ou seja, de cada R\$ 100,00 oriundos da arrecadação de impostos e transferências R\$ 28,05 (vinte e oito reais e cinco centavos) são aplicados na manutenção das ações de ensino.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

10- FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB
(Art. 212 - A DA CR/88, LEIS 9.394/96, 14.113/2020 E IN 05/2012)

I - RECURSOS

NATUREZA DA RECEITA	Valor
1 - FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	2.705.694,82
1321001118 - Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB 70%	5.545,23
1321001119 - Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB 30%	0,00
1758011100 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.700.049,39
2 - FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT	0,00
1321001118 - Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB 70%	0,00
1321001119 - Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB 30%	0,00
1758011100 - Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00
3 - TOTAL (1 + 2)	2.705.694,82
4 - DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB, RECEBIDOS EM ATRASOS, PARA AS CONTAS DE ORIGEM DOS RECURSOS (CONSULTA 1.047.710)	0,00
5 - RECEITA TOTAL (3 + 4)	2.705.694,82

II - APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
	118	119	Total no Período	166	167	Total no Período
12 - EDUCAÇÃO						
0072 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
2205 - MANUT. DO ENSINO PÙB. RECUR. FUNDEB	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
0381 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.579.100,59	462.597,20	2.041.697,79	0,00	0,00	0,00
1203 - EQUIP. E OBRAS SETORES EDUCACIONAIS	0,00	210.605,92	210.605,92	0,00	0,00	0,00
2205 - MANUT. DO ENSINO PÙB. RECUR. FUNDEB	1.579.100,59	251.091,28	1.830.191,86	0,00	0,00	0,00
0386 - EDUCAÇÃO INFANTIL	268.700,00	334.772,76	603.472,76	0,00	0,00	0,00
2205 - MANUT. DO ENSINO PÙB. RECUR. FUNDEB	268.700,00	334.772,76	603.472,76	0,00	0,00	0,00
6 - SUBTOTAL VALOR PAGO	1.915.810,24	797.369,96	2.713.180,20	0,00	0,00	0,00

	INSCRITOS NA FONTE 118	INSCRITOS NA FONTE 119	TOTAL NO PERÍODO	INSCRITOS NA FONTE 166	INSCRITOS NA FONTE 167	TOTAL NO PERÍODO
7 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - SUBTOTAL RESTOS A PAGAR (7 + 8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - TOTAL (6 + 9)	1.915.810,24	797.369,96	2.713.180,20	0,00	0,00	0,00

	INSCRITOS NA FONTE 118 (A)	INSCRITOS NA FONTE 119 (B)	TOTAL NO PERÍODO (C = A + B)	INSCRITOS NA FONTE 166 (D)	INSCRITOS NA FONTE 167 (E)	TOTAL NO PERÍODO (F = D + E)
11 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES SEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL (10 - 11 + 12)	1.915.810,24	797.369,96	2.713.180,20	0,00	0,00	0,00

III - GASTOS COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO	PERCENTUAL
14 - RECEITA TOTAL DO FUNDEB (= 5)	2.705.694,82	100%
15 - VALOR LEGAL MÍNIMO	1.803.610,23	70%
16 - VALOR APLICADO NA REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA- FONTES 118 E 166 (13A + 13D)	1.915.810,24	70,81 %

IV - APURAÇÃO DO VALOR NÃO APLICADO CONFORME ART. 25, §3º, DA LEI 14.113/2020

DESCRIÇÃO	VALOR	PERCENTUAL	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (10%)
17 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-7.585,58	-0,28 %	270.559,46
17.1 - FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (1 - 4 - 12C)	-7.585,58	-0,28 %	
17.2 - FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT (2 - 13F)	0,00	0,00 %	



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

O Município aplicou 70,81% na valorização dos Profissionais da Educação, atendendo ao disposto no art. 60, § 5º do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

11 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.

RECEITA ACUMULADA	15.571.296,07
B – Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	2.335.694,41
C – Valor da Aplicação	4.248.781,58
D – Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (D = C - B)	1.913.087,17
Aplicação %	27,29%

O Município aplicou 27,29% nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, no exercício de 2021, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

No exercício de 2021 o município gastou R\$ 779,16 por habitante em ações e serviços públicos de saúde.

12 - INFORMAÇÕES QUANTO A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
HISTÓRICO	INGRESSO	APLICAÇÃO
0,00	0,00	NÃO HOUVE
TOTAIS	0,00	0,00
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00	0,00

13 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.

REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA - EXERCÍCIO ATUAL	1.054.000,00
ARRECAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	13.331.907,37
7% REPASSE MÁXIMO	933.233,52
VALOR REPASSADO	855.464,06

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo representaram 7,00% da Arrecadação do Município e, portanto, obedeceram ao disposto na Emenda Constitucional 25/00.

O Poder Executivo atentou tanto para o limite máximo, quanto para o mínimo.

14 - AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIOO.

No exercício de 2021, não houve nenhum dano ao erário que motivasse a instauração de Tomada de Contas Especial, sindicâncias, inquéritos e processos administrativos.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

15 - APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS REALIZADA POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO

A entidade recebedora dos recursos, mantém com o Município a regularidade das prestações de contas em períodos mensais.

O Município mantém convênio com a entidade "ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM".

15.1 - REPASSES REALIZADOS A ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	9.840,00	1.00.00

Repassa-se recursos financeiros para "ASSOCIACAO FREI INOCENCIO", cujo valor anula perfez 48.750,00 (quarenta e oito mil setecentos e cinquenta reais)

15.2 - REPASSES REALIZADOS A ASSOCIACAO FREI INOCENCIO

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	48.750,00	1.00.00

Repassa-se recursos financeiros para "ASSOCIACAO DE APOIO AO IDOSO RAIMUNDO BENEVIDES FREI INOCENCIO", cujo valor anula perfez 20.948,00 (vinte mil novecentos e quarenta e oito reais):

15.3 - REPASSES REALIZADOS A ASSOCIACAO DE APOIO AO IDOSO RAIMUNDO BENEVIDES FREI INOCENCIO

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	20.948,00	1.00.00

Repassa-se recursos financeiros para "EMATER", cujo valor anula perfez 56.358,40 (cinquenta e seis mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos):

15.4 - REPASSES REALIZADOS A EMATER

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	56.358,40	1.00.00

Repassa-se recursos financeiros para "CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS", cujo valor anula perfez 8.263,00 (oito mil duzentos e sessenta e três reais):

15.5 - REPASSES REALIZADOS A CNM

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	8.263,00	1.00.00

Repassa-se recursos financeiros para "ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO DOCE - ARDOCE", cujo valor anula perfez 39.731,96 (trinta e nove mil setecentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos):

15.5 - REPASSES REALIZADOS A ARDOCE

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	39.731,96	1.00.00

Repassa-se recursos financeiros para "INICIATIVA PUBLICA, ESTRATEGICA E REGIONAL - IPER, cujo valor anula perfez 174.523,97 (cento e setenta e quatro mil quinhentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos):



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

15.6 - REPASSES REALIZADOS A IPER

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	174.523,97	1.00.00

Repassa-se recursos financeiros para "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS, cujo valor anula perfeitamente 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais):

15.7 - REPASSES REALIZADOS A APAE

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	28.500,00	1.00.00

O Município mantém ainda convênio com a Prefeitura Municipal de Coluna nas atividades de reciclagem de resíduos.

16 - TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO, RESPECTIVAS LEIS E O IMPACTO FINANCEIRO NO ORÇAMENTO

No exercício de 2021 realizou transferências para o CISDOCE - Consórcio Intermunicipal de Município do Vale do Rio Doce, totalizando valores na ordem de R\$ 131.742,05 (cento e trinta e um mil setecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos) em contribuição e R\$ 435.349,22 (quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos) de prestação de serviço médico hospitalar.

17 - CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º E DO CAPUT DO ART. 5º, AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Verifica-se que todos os órgãos e autarquias da administração Municipal cumprirão com o dispositivo da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, no que confere à remessa de dados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), o Sistema de Controle Interno Municipal se ateuve à questão do cumprimento do envio das informações tempestivamente pelo Poder Legislativo Municipal, comunicando ao setor de contabilidade da Prefeitura Municipal o fato e que o atraso poderia gerar incoerências no cruzamentos dos dados na consolidação das contas enviadas.

A análise baseou-se nos recibos de confirmação de entrega enviados pelo SICOM assim que são validados os dados das respectivas remessas de prestação de contas referente aos módulos de Instrumentos de Planejamento, Inclusão de Programas, Acompanhamento Mensal, Legislação de Caráter Financeiro, Balancete, Folha de Pagamento e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Considerando-se os prazos legalmente previstos, assim como as prorrogações de prazos estabelecidas pela Corte de Contas, conclui-se que todos os órgãos atenderam à tempestividade no envio das remessas dos módulos.

O município tem buscado a adaptação à metodologia de prestação de contas do SICOM, considerando os leiautes referentes aos módulos exigidos e as versões atualizadas destes disponibilizadas pelo TCE/MG.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

18 - MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O IMOBILIZADO

O Município vem adotando uma série de medidas em relação ao patrimônio, catalogando, buscando meios para legalização dos imóveis de forma a evidenciar no balanço patrimonial a cada encerramento ou até mesmo de forma mensal o valor exato de imobilizado, evitando dessa forma o extravio e as mazelas.

Com a vigência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, exige-se ainda mais a proteção ao patrimônio de forma mais ampla e sistemática. Assim os entes públicos estão adotando novos métodos de evidenciação, avaliação e controle de bens, haja vista que a nova sistemática vem destacar, dar mais sustentabilidade à contabilidade e foco patrimonial.

19 - MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS

O Município não possui Regime Próprio de Previdência em funcionamento.

20 - DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

VALORES PAGOS AO INSS

MÊS	VALOR	FONTE DE RECURSOS
JANEIRO A DEZEMBRO	1.190.044,29	1.00.00
		1.18.00
		1.01.00
		1.02.00

21 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM O RPPS

O Município de Jampruca não possui Instituto de Previdência Própria.

22 - REGISTRO DE DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA

O Município não possui Regime Próprio de Previdência em funcionamento e suas contribuições são repassadas ao Regime Geral de Previdência Social.

23- CONCLUSAO

O processo de Prestação de Contas foi examinado por esta Controladoria e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata o art. 74 da Constituição Federal art. 59 da Lei Complementar nº 101 art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal Nº4.320, de 17 de março de 1964 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Jampruca acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2021.



MUNICÍPIO DE JAMPRUCA

Estado de Minas Gerais

Poder Executivo

Trabalhou-se de forma integrada junto à controladoria das demais entidades do Município e acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas pela controladoria foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Finalmente, procedeu-se aos exames do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2021, correspondente ao exercício e elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

Diante das análises realizadas, o Controle Interno é favorável à aprovação das contas do exercício findo.

Prefeitura Municipal de Jampruca/MG, 23 de março de 2022.

Responsável pela Controladoria:

Dayane Ferreira da Silva
MAT.: 009823 CONTROLADORIA INTERNO
CPF: 120.899.006-36

Dayane Ferreira da Silva
Controladora

Demonstrativo da Cessão de Direitos Creditórios (Lei 23.422/2019)

		SIM/NÃO:
1.11.1	Houve adesão do município às disposições da Lei 23.422/2019?	NÃO
	Se SIM, indicar a opção feita pelo município:	
	Art. 1º - Cessão de créditos:	
	Art. 6º - Operação de crédito:	
	Nº da Lei Municipal que autorizou a cessão:	

No caso de opção pelo art. 1º, indicar:				
	Natureza do crédito	ICMS	IPVA	Outros (especificar)
1.11.2	Contas bancárias e instituições financeiras em que ocorreram o crédito da receita			
	Valor do repasse em atraso negociado (a)			
	Valor das despesas cobradas pela instituição Financeira (b)			
	Valor líquido recebido pelo município (a - b)			
	Parcela do recurso recebido vinculado à educação			
	Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à educação			
	Parcela do recurso recebido vinculado à saúde			
	Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à saúde			
	Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)			

Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)				
--	--	--	--	--

1.11.3	No caso de opção pelo art. 6º, indicar:				
	Natureza da garantia	ICMS	IPVA	Fundeb	Outros (especificar)
	Valor da garantia por natureza				
	Valor da operação de crédito				
	Valor dos juros				
	Taxa de juros efetiva da transação				
	Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)				
	Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)				